

O Banco Mundial alerta: Brasil está comprometendo o futuro.

O Banco Mundial preparou, em 1989, um relatório confidencial sobre a atual condição do ensino no Brasil, procurando responder a uma questão central: a escola pública brasileira está preparamo as novas gerações com o tipo de educação e habilitação profissional que o país realmente precisa?

Escrito com a participação de pesquisadores da Fundação Carlos Chagas e de várias universidades brasileiras, analisa, entre outros, os seguintes pontos do ensino de 2º grau: o baixo aproveitamento dos cursos convencionais, os custos das escolas técnicas e a eficácia dos cursos de qualificação de mão-de-obra (leia as reportagens desta página). Com mais de 100 páginas, o relatório percorre os últimos decênios para tentar explicar porque o nível de educação da população brasileira é tão baixo. E projeta os caminhos futuros da economia para avaliar os riscos da distância que atualmente separa a Educação do sistema produtivo.

As conclusões do Banco Mundial desenham o seguinte quadro da situação atual do ensino:

● o Brasil deu prioridade à expansão do ensino de pós-graduação, em prejuízo do 1º e do 2º graus. Com isso, formou-se um grupo reduzidíssimo de jovens nos níveis superiores, e não se deu atenção aos outros níveis básicos, onde concentra-se uma larga faixa da população;

● investiu-se pesado no treinamento ocupacional - 23% dos gastos públicos em Educação formal - reduzindo a carga horária escolar de 2700 horas no 2º grau regular, para 150 horas no Senai ou 50 horas no Senac. Estas instituições (que são mantidas com dinheiro público) formam jovens

para profissões que talvez não sejam apropriadas para a economia dos anos 90;

● as escolas técnicas gastam 22% do total dos recursos de 2º grau e representam menos de 2% do total de matrículas do 2º grau e 3% das matrículas na rede pública. Se esta área de ensino registrar maior crescimento de matrículas, as despesas públicas anuais com o ensino de 2º grau aumentarão muito sem representar crescimento real no número total de matrículas neste nível.

● o número de matrículas no 2º grau cresceu rapidamente até a recessão dos anos 80, mas ainda permanece muito baixo, quando comparado aos de outros países. O Brasil tem 37% da população entre 14 e 18 anos matriculada no 2º grau - contra 95% na Coréia, 70% no Chile ou 55% no México;

● o volume de recursos gastos no Brasil, com a educação de 2º grau - 8,4% dos gastos públicos em Educação - é muito menor do que a média de recursos alocados para este fim em outros países da América Latina. Só El Salvador (em guerra civil há quatorze anos) gasta menos;

● o trabalhador comum dos centros urbanos não completa as quatro primeiras séries do 1º grau. Sem o 1º grau completo e sem a educação de nível médio,

enfrentará dificuldades para absorver novos conhecimentos e tecnologias;

● a complexidade crescente do processo de produção industrial do mundo exige um amplo contingente de trabalhadores equipados com conhecimentos bem maiores do que no passado nas áreas de leitura, Matemática e Ciências. Quanto mais sofistica a industrialização, maior a necessidade e mais difícil supri-la;

● a partir do início da década de 80, há fortes indícios de declínio do emprego industrial a favor do emprego no setor de serviços. O aumento da produtividade no setor terciário dependerá do nível geral de educação dos trabalhadores, de modo bem mais amplo do que ocorreu na manufatura;

● estas tendências apresentam um sério desafio ao sistema educacional que hoje se caracteriza por um baixo índice de participação, declínio da qualidade acadêmica e substancial ineficiência;

● o setor privado tem um importante papel suplementar, respondendo por cerca de 33% das matrículas formais, além de um número não conhecido de escolas profissionalizantes;

● os gastos privados em educação de 2º grau correspondem a 45% de todas as despesas públicas e privadas neste nível de edu-

cação;

● a regulamentação do governo sobre o setor privado, na educação de 2º grau, foi desigual e contraditória;

● para melhorar a qualidade de ensino de 2º grau é importante definir uma política para fortalecer a atuação das escolas particulares. Em vez do controle contraproducente do preço de matrículas e mensalidades, o governo deveria ter um papel efetivo de supervisão forte e substantiva das escolas particulares, com um exame sério de todos os aspectos de sua atuação e a possibilidade de rever o reconhecimento oficial concedido;

● tanto as escolas públicas quanto privadas deveriam ser submetidas a testes periódicos de desempenho, ministrados aos estudantes por funcionários públicos e comunicados aos pais e à comunidade;

● a administração das escolas secundárias é altamente centralizada. O recrutamento de professores ou sua transferência é decisão da Secretaria estadual. Não há despesas autorizadas a nível da escola ou mesmo nas delegacias regionais: as suplementações de verbas são obtidas de modo centralizado e transferidos às escolas. O currículo e os livros selecionados também são elaborados a partir de comandos centrais e qualquer reparo a ser feito numa escola depende de autorização do nível central;

● a matrícula de 2º grau tem crescido de modo muito lento, numa média anual de 2%. Se este quadro não for alterado, o Brasil não conseguirá ter nas escolas de 2º grau, no ano de 2010, nem mesmo 50% dos jovens em idade de frequentar este nível de ensino;

Com a colaboração da equipe da Agência Estado:
Angela Caporali, Ayrton Centeno e Carlos Roan
Rogues (Porto Alegre); Marques Casara (Sorianópolis);
Regina Menezes (Curitiba); Vera Lúcia Ramos
Gomes (São Paulo); Gabriel Nogueira, Tânia M
Almeiros e Regina Barreiros (RJ); Mauro Fraga (Espírito
Santo); Paulinho Assunção (Belo Horizonte);
Pedro Biaggio (Salvador); José Andrade (Aracaju);
Roberto Rodrigues (Maceió); Angelo Lacerda (Recife);
Arlindo Almeida (João Pessoa); Rodolfo Spin
dolo e Míria Gurgei (Fortaleza); Gilberto Melo
(Teresina); Walter Rodrigues (S. Luis); Raimundo Jo
sé (Belém); Idelcita Araújo (Manaus); Laurence Al
ves (Goiânia); Tânia Regina Pinto (Campinas Grandes);
Nelson Townes (Porto Velho); Almino Machado (Rio
Brancol); Marcia Túrcato e Rubens Santos (Brasília);
Eduardo Fadé (Curitiba); Flávia Saboya (Santos);
Flávio Cordeiro (Campinas); Galeno Amorim e
Cristina Pistolatto (Ribeirão Preto); Milton José de
Oliveira (Bragança Paulista); Rosângela Baptista (ABC).

Levantamento e pesquisa: Maria Aparecida de Oliveira (Brasília).
Edição: Aécio Nader